

Análise da versão Gerencial do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal sob a ótica das Características Qualitativas da Informação Contábil: um estudo de caso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região

JÚLIA RELGA BEZERRA PEREIRA
Universidade Federal de Pernambuco

ROSANA MEDEIROS FERREIRA
Universidade Federal de Pernambuco

OMAR JOSÉ EVANGELISTA DE BARROS
Universidade Federal de Pernambuco

ALDEMAR DE ARAÚJO SANTOS
Universidade Federal de Pernambuco

Análise da versão Gerencial do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal sob a ótica das Características Qualitativas da Informação Contábil: um estudo de caso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar como são construídos os relatórios gerados pelo sistema SIAFI Gerencial, buscando com isto compreender como estes contribuem para o controle e decisão dos gestores públicos, sob o olhar das características qualitativas da informação contábil. Desta forma, a relevância desta pesquisa para sobre a necessidade de ampliação do campo de discussão e análise acerca do papel do SIAFI Gerencial, importante para o fornecimento de informações enriquecidas de relevância e fidedignidade, bem como no suporte à tomada de decisão. A abordagem metodológica escolhida para a condução da pesquisa embasou-se no estudo de caso, e para coleta dos dados adotou a análise de documentação, entrevistas individuais não estruturadas e observação direta. Nos resultados constatou-se que a obtenção dos relatórios gerenciais exige do usuário conhecimento significativo do sistema em relação a códigos e nomenclatura de contas. Somado a isto, percebeu-se que as análises realizadas pelo gestor são essencialmente de acompanhamento e controle. Assim, as decisões relacionam-se a garantia da utilização dos recursos previstos no orçamento de forma a obedecer à economicidade, por meio da movimentação e realocação de créditos e do controle das ações dos estados integrantes do órgão pesquisado.

1. INTRODUÇÃO

O Governo Federal enfrentou, durante anos, limitações de natureza administrativa que dificultavam a gestão dos recursos públicos. Tal situação era proveniente dos métodos de trabalho utilizados, considerados pelo Manual do SIAFI como primitivos, nos quais a realização dos processos se davam de forma manual e o fornecimento de informações gerenciais à Administração Pública eram deficientes e inadequados na medida em que limitavam a Contabilidade a registros formais (Manual do SIAFI, 2011).

A criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) representou uma tentativa de solucionar esses problemas e auxiliar o Ministério da Fazenda na unificação do orçamento. A STN aliando-se ao SERPRO desenvolveu o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) implantando-o em 1º de janeiro de 1987 (STN, 2011a). Tratava-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a utilização dos recursos da União.

Atualmente, o SIAFI funciona a partir de terminais instalados em todo o território nacional e corresponde a um sistema informatizado responsável pelo processamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União (STN, 2011b).

O SIAFI Operacional possibilitou ao Governo Federal o acompanhamento dos gastos dos entes interligados pelo sistema, além de proporcionar o acesso dos usuários à ampla gama de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Porém, a limitação em termos de entendimento – que é notória, mesmo entre pessoas com certo conhecimento das características inerentes ao assunto – dos aspectos técnicos, contábeis e das classificações orçamentárias, representou uma barreira à utilização do sistema como única fonte de informação. Desta forma, embora tenha representado um avanço significativo na gestão dos recursos públicos, o mesmo não oferecia suporte para a tomada de decisão.

Neste sentido, para suprir essas e outras necessidades criou-se o SIAFI Gerencial, incumbido do fornecimento de relatórios, oferece maior flexibilidade e autonomia na obtenção de informações gerenciais. Apesar da importância do tema, tendo em vista que o SIAFI Gerencial é um dos principais sistemas de informação utilizados pelo governo federal brasileiro, observa-se que há poucas publicações de pesquisas sobre tal sistema, conforme o banco de dados dos periódicos CAPES, no qual consta apenas a pesquisa de Suzart (2013) que em seu artigo intitulado “Satisfação do usuário final com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): um estudo de caso”, publicado em 2013, no *Journal of Information Systems and Technology Management*, se propôs a analisar a validade da mensuração do nível de satisfação dos usuários para compreensão do desempenho do SIAFI no setor público.

Para a realização do presente estudo de caso optou-se por utilizar como campo de investigação a sede da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), do Tribunal Regional Federal da 5ª região (TRF5). Isto, por se tratar de um órgão do Poder Judiciário Federal brasileiro, responsável pela centralização de questões jurídicas à orçamentárias, de seis estados nordestinos, identificados como Unidades Gestoras (UG): Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Desta forma, é a unidade que gerencia o orçamento da quinta região, a qual compete o repasse de recursos federais para os estados componentes, bem como o controle dos gastos efetuados com tais recursos. Nesse contexto, o SIAFI Gerencial, em conjunto com o Operacional, é o

viabilizador do controle, assim, enquanto o Operacional registra a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos transferidos, o Gerencial condensa e transforma em relatório todos os lançamentos registrados pelas unidades de cada Estado.

Diante do exposto, o presente estudo objetiva demonstrar como ocorre a construção dos relatórios no SIAFI Gerencial, evidenciando como estes contribuem para a análise, o controle e a decisão dos gestores públicos sob o olhar das características qualitativas da informação contábil. Então, considerando que o SIAFI Gerencial nasceu com o intuito de assessorar a função informativa da contabilidade, a pesquisa se propõe a esclarecer o seguinte questionamento: **De que forma as informações geradas pelo SIAFI Gerencial contribuem para a satisfação das necessidades de informação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)?**

O artigo está estruturado da seguinte forma: a seção posterior apresenta uma discussão sobre a Informação Contábil e o Processo Normativo. A terceira seção aborda os Sistemas de Informação e o SIAFI Gerencial. Na quarta seção será apresentada a metodologia. Em seguida, na quinta seção serão apresentados os resultados da pesquisa. Por fim, a sexta seção corresponde à conclusão.

2. A INFORMAÇÃO CONTÁBIL E O PROCESSO NORMATIVO

A Constituição Federal já em 1988, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, resguardou em seu art. 5º, inciso XIV, o acesso à informação. Passados mais de dez anos, em 04 de maio de 2000, a Lei Complementar n.º 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – ao dispor sobre escrituração e consolidação das contas, relatório da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal, no Capítulo IX, seções II, III e IV respectivamente, atribuiu à contabilidade o dever de colaborar com o previsto.

Guimarães (2003), observa que a publicação de informações juntamente com a contabilidade serão fundamentais para garantia da transparência, presente nos artigos 50 a 55 que dispõe sobre a escrituração contábil, consolidação das contas das entidades governamentais e preparação dos relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal.

A referida lei reforça, ainda, no parágrafo único do art. 48, que a transparência será assegurada mediante a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. O SIAFI é, portanto, no Governo Federal, a fonte de dados destas informações. Para cumprir sua função informativa, a contabilidade necessita de normas capazes de direcionar o seu trabalho.

O Conselho Federal de Contabilidade é o encarregado pela tarefa de normatizar as características das informações contábeis. Dentro desta atribuição podemos destacar como objetivo principal viabilizar que as informações disponibilizadas aos usuários da informação contábil sejam fontes confiáveis, e os permitam efetuar as mais variadas decisões.

No cumprimento do exercício de suas funções legais e regimentais, em 08 de dezembro de 2011, o CFC promulgou a Resolução n.º 1.374/11, intitulada: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Dentre outros assuntos, essa norma estabelece em seu capítulo 3 as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, onde ressalta a divisão das características qualitativas da informação contábil em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. As primeiras são mais críticas que as segundas, estas, contudo, são também desejáveis (CFC, 2011).

Em relação à divisão mencionada, a separação em dois grupos se dá pela observância da utilidade da informação. Dessa forma, a resolução determina que para a informação contábil-

financeira ser útil, ela precisa ser relevante e fidedigna e essa utilidade pode ser melhorada pela capacidade de comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (CFC, 2011).

Com isso, o CFC procurou delinear cada um dos grupos que de maneira geral devem retratar a realidade do patrimônio das entidades e suas tendências futuras. Para Stroehler (2005), a informação relevante possui mais capacidade para prever resultados.

As classificações das características estão subdivididas em seis, mas, de maneira geral, são indispensáveis às informações contábeis. A seguir serão demonstradas e explanadas as características qualitativas fundamentais (Relevância e Representação fidedigna) e as características qualitativas de melhoria (Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade).

A relevância torna a informação contábil fator determinante no ato de decisão; quaisquer decisões que possam ser tomadas pelo usuário são influenciadas por uma informação relevante, ainda que a melhor opção seja não considerar aquela informação.

Segundo o CFC (2011) uma decisão pode ser afetada de maneira significativa quando a informação contábil-financeira tem com valor preditivo, confirmatório ou ambos. Terá valor preditivo “se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados”, para isso não necessita advim de uma projeção, basta à utilização para decisões de resultados a serem obtidos. O caráter confirmatório existe se a informação “servir de *feedback* a avaliações prévias”. E este caráter, em conjunto com o anterior, destina-se a auxiliar o tomador de decisão em ações preventivas e corretivas, desde que exista materialidade na informação. Entende a referida Resolução, ser a informação material “se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação”.

De maneira complementar, a representação fidedigna destina-se a garantir que o fenômeno seja retratado perfeitamente, ou esteja o mais próximo possível disso. Para tanto, a representação tem que ser completa, neutra e livre de erro.

No CFC (2011) a representação completa deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias. Neutra, por estar desprovida de viés na seleção ou na apresentação da informação contábil-financeira. E livre de erros, quando não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e quando o processo utilizado para produzir a informação reportada foi selecionado e aplicado livre de erros; Portanto, estar livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

As características qualitativas de melhoria agregam utilidade às informações já identificadas como relevantes e fidedignas, e por contemplarem tal atributo, são também fundamentais às decisões.

A comparabilidade pode ser entendida como a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles (CFC, 2011). Para se concretizar, exige um mínimo de duas situações, fenômenos, informações, a serem comparadas.

O FASB (1980) corrobora evidenciando o objetivo da comparabilidade que consiste na identificação e explicação dos aspectos semelhantes e divergentes entre eventos econômicos.

Embora esteja relacionada com a uniformidade e a consistência, a comparabilidade não se confunde com as mesmas. Pelo explicitado na Resolução do CFC (2011), consistência está atrelada à adoção de procedimentos de mensuração e conceitos contábeis iguais entre entidades diferentes em um mesmo período, ou por uma única entidade, considerando

períodos distintos. Por outro lado, a uniformidade, refere-se à ideia de que eventos iguais terão o mesmo o mesmo tratamento contabilístico, ou seja, mesmo critério de mensuração, classificação e método de divulgação (Silva, 2007).

A verificabilidade apresenta-se como uma comprovação do pleno alcance da característica qualitativa fundamental da representação fidedigna. Em outras palavras, ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar (CFC, 2011). Ainda segundo a Resolução, um viés no entendimento da referida característica permite concluir que ela não significa que existirá um pleno acordo quanto à fidedignidade de uma representação, mas é possível inferir que observadores independentes podem chegar a um consenso.

Identificam-se dois tipos de verificação: direta e indireta. A direta significa examinar um montante através da observação direta, com por exemplo a contagem de caixa, enquanto a indireta consiste em conferir os dados de entrada do modelo e a técnica utilizada e realizar novamente os cálculos dos resultados obtidos com a utilização do mesmo método, como por exemplo a verificação do valor contábil dos estoques a partir da conferência dos dados de entrada (CFC, 2011).

Por meio da existência dessa característica é possível garantir a aceitação, a confiança, e a utilização da informação pelo usuário, pois, para que as informações sejam confiáveis elas devem representar fielmente os eventos a que se propõe representar (Hendriksen, 1999).

Na tempestividade, por dedução da própria nomenclatura, há a relação com o fator tempo. Acessar determinada informação em período posterior ao necessário à decisão, não reflete nenhum efeito ao usuário. No conceito dado pela Resolução n.º 1.374 (2011), trata-se de disponibilizar as informações em tempo hábil de influenciar no processo decisório.

Não obstante, o tempo da informação pode ser relativo. Oliveira (2009) ressalta que a capacidade da informação de minimizar incertezas, associa-se a oportunidade de sua disponibilização. Por conseguinte, a oportunidade de determinado usuário, um investidor da bolsa de valores, por exemplo, pode residir na necessidade de identificar e avaliar tendências, sendo estas necessárias após o encerramento do período contábil (CFC, 2011).

Por fim, a compreensibilidade, consiste no entendimento da informação na íntegra. Segundo o CFC (2011), os relatórios contábil-financeiros são construídos para usuários que detêm conhecimento contábil, mas pode acontecer de em algum momento eles necessitarem de esclarecimentos acerca de determinada informação. Deve-se salientar a importância do profissional contábil assumir a responsabilidade de transmitir a informação de forma compreensível.

3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SIAFI GERENCIAL

Sistemas de Informação (SI) é uma terminologia genérica e abrangente, e por isso pode ser definida de diferentes maneiras, variando conforme o autor e a área a qual será aplicada. Neste sentido o mesmo é conceituado, por Rezende & Abreu (2000), como relatórios destinados aos sujeitos das empresas, na qual circulam em face de sua elaboração, em sistemas e unidades departamentais.

Santos (2009) define por Sistemas de Informação, o conjunto composto por partes que se inter-relacionam compondo um todo com fins determinados, mantendo uma constante dependência com o ambiente externo.

O' Brien (2006) exemplifica o SI, classificando-o em dois: sistemas de apoio às operações e sistemas de apoio gerencial. Desta forma busca destacar o papel principal de cada um dentro de uma organização. Os gerenciais, também conhecidos como sistemas de apoio à

gestão, oferecem relatórios resumidos de rotina sobre o desempenho da empresa; conforme acrescentam Laudon & Laudon (1999) esses sistemas são utilizados para monitorar e controlar a empresa e prever o futuro desempenho.

Para Cautella & Polloni (1982), o SIG (Sistema de Informação Gerencial) nasceu da ideia de se desenvolver um sistema de informação que fosse capaz de prover informações gerenciais integradas. Mello (2002) explica que administrativamente a falta de visão global e integrada pode fazer com que sejam conquistados objetivos em um período de curto prazo que venham a dificultar ou até mesmo impedir que se alcance objetivos maiores em um prazo mais longo. Desta forma, o SIG se propõe a auxiliar a construção desta visão integrada.

Em Oliveira (2009), o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) corresponde a técnica de transformação dos dados em informações necessárias para a tomada de decisão. Neste sentido, Stair & Reynolds (2002) defendem que a função primordial do SIG é auxiliar a organização no alcance de suas metas em face do suporte dado aos seus gerentes com informações detalhadas acerca das operações cotidianas, possibilitando-os controlar, organizar e planejar com mais efetividade e com maior eficiência.

Ribeiro Filho, Lopes & Pederneiras (2009) dizem que existe uma crescente confusão entre as noções que envolvem um SI e uma TI. Uma TI representa um componente tecnológico, que dará suporte ao sistema de SI, que inclui o maquinário, as bases de dados, a rede de programas e os recursos que sustentarão o processamento das informações. Não obstante, independentemente do uso da tecnologia da informação, os sistemas de informação devem possibilitar avaliações analíticas e sintéticas da empresa, facilitando processos decisórios internos e externos.

A tecnologia tem usufruído de novas alternativas de informação, com a utilização de recursos de apresentação capazes de mudar a maneira como as decisões são tomadas, como pode ser observado no acesso a informação de um banco de dados referente a uma transação básica que possibilita a obtenção de dados contábeis detalhados e agregados de forma diferente para cada situação de decisão (O'donnell & David, 2000).

Os conceitos acima explanados sobre o sistema abordado neste estudo permite inferir que a versão Gerencial do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é, pois, um sistema de informação do tipo gerencial, que busca suporte na tecnologia da informação.

Diante da importância da informação para as decisões de uma entidade, da contabilidade no alcance, tradução e disponibilização da informação para o gestor e dos sistemas de informação como auxiliares a essa ciência e sua tarefa; o Governo Federal identificou a conveniência de recorrer a um sistema de apoio a gestão para subsidiar a administração pública nesse âmbito.

Criou-se então o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) Gerencial. Um sistema no formato de informação gerencial (SIG), responsável por consolidar informações da execução orçamentária, financeira e patrimonial da contabilidade do Governo Federal as quais são lançadas em outro sistema, o SIAFI Operacional.

3.1. O SIAFI Gerencial no Suporte à Decisão

A versão Gerencial do SIAFI se consolidou na década de noventa como a principal ferramenta de consulta gerencial aos dados registrados e armazenados no banco de dados oficial do Governo Federal no que se refere às informações orçamentárias, financeiras e contábeis (Brasil, 1991).

Esse sistema surgiu com o intuito de propiciar aos usuários do SIAFI Operacional

flexibilidade, autonomia e agilidade na obtenção de informações gerenciais. Como consequência, possibilitou a criação de consultas e produção de relatórios que melhor atendessem suas necessidades. Isto é, veio complementar a versão Operacional, uma vez que esta tem limitações quanto a gerar informações para a tomada de decisão. Desta forma, é considerado um subprojeto do SIAFI Operacional.

De acordo com a Revista Tema (Bug, 2000), o SIAFI Gerencial, desenvolvido em plataforma cliente-servidor, segrega as informações gerenciais a partir dos registros contábeis numa linguagem de fácil compreensão para os usuários que não possuem conhecimento aprofundado em contabilidade pública, por contar com uma interface amigável.

O objetivo do SIAFI Gerencial de acordo com o Manual para Elaboração de Consultas SIAFI Gerencial (Brasil, 2011-2) é atender às necessidades de informações gerenciais dos setores responsáveis pela administração orçamentária, financeira e controle, além de dar suporte com informações importantes para o aprimoramento do processo de tomada de decisão.

Segundo o Manual do SIAFI (Brasil, 2011f), para executar suas tarefas, o sistema é ambientado no *Windows* e armazena os dados no ORACLE – sistema gerenciador de banco de dados. Toda noite é executado um processo de migração dos dados do ambiente Operacional para o Gerencial. Essa migração refere-se aos lançamentos contábeis ocorridos durante o dia, e também às atualizações ocorridas nas diversas tabelas do sistema. Dessa forma, toda manhã ao entrar em operação, o SIAFI Gerencial possibilita consultas relativas a tudo o que ocorreu no SIAFI Operacional até o dia anterior. Por isso é caracterizado como um sistema de processo “*ontem-line*”, esclarece o Guia Básico do SIAFI Gerencial (Brasil, 2011d).

Em virtude de ter surgido para solucionar problemas da versão Operacional, ele procura atender às necessidades dos usuários oferecendo informações relevantes, com o diferencial de serem customizadas; isto é possível por meio da utilização de filtros, o usuário filtra os dados que deseja incluir nos relatórios e de que forma eles se apresentarão. Como ressalta o Guia Básico (Brasil, 2011d), a principal característica do SIAFI consiste na flexibilidade do sistema que permite ao usuário realizar a customização das informações através da parametrização dos filtros e da sua forma de apresentação.

Esse sistema não é utilizado para a execução orçamentária ou financeira, prestando-se apenas para a emissão de relatórios com a utilização do banco de dados que é executado pelo SIAFI Operacional – ou simplesmente SIAFI. Dessa forma, tornou-se possível consolidar diversas informações, pois o SIAFI só permite a consulta individualizada (Brasil, 2011c).

Pode-se realizar uma consulta de todos os documentos de uma mesma espécie emitidos em determinado exercício, a partir do exercício de 2001, que são transferidos para os *softwares Microsoft Excel* e o *BrOffice*, em cujo ambiente é possível que sejam utilizados como base para a criação de gráficos e tabelas, bem como de todos os recursos que esses programas de planilha eletrônica permitem realizar (Brasil, 2011f).

Com base no Guia Básico de SIAFI Gerencial (Brasil, 2011d) e no Manual para Elaboração de Consultas SIAFI Gerencial (Brasil, 2011-2), a construção da consulta consiste basicamente em preencher duas janelas. A primeira, menu Contexto, contempla:

- Grupo: responsável por agregar um ou mais Itens de Informação. Representa a delimitação da consulta, ou seja, essa escolha restringe os itens de informação que estarão disponíveis para compor a consulta. Itens de Informação são agregadores de contas contábeis, isto é, encarregam-se de combinar as contas contábeis do SIAFI Operacional necessárias à demonstração da consulta construída como Previsão inicial da receita, dotação atualizada, crédito pré-empenhado, restos a pagar processados inscritos.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

- Tipo de Valor: trata de quais valores o usuário busca para as consultas. Resumidamente, podem ser saldos referentes ao ano anterior, ao mês anterior ou ao mês de atual, quanto ao último, à consulta pode ser também do movimento líquido – diferença entre os saldos credor e devedor – e líquido acumulado – confronto dos saldos até o mês de referência;
- Filtro: como o próprio nome sugere, é uma restrição ainda maior da consulta em construção. Os parâmetros variam a depender do grupo de informação escolhido, ao selecioná-los o usuário indica ao sistema o que ele deseja daquele grupo. Apesar de se tratar de escolha aleatória do usuário, o preenchimento do mês de referência nessa tela é obrigatório. Em seguida, a seleção dos Operadores lógicos evita que a extração de dados do SIAFI Operacional traga informação desnecessária à consulta.

Após definido o Contexto da consulta, confecciona-se o *layout* da extração, a estrutura na qual a informação será extraída para a planilha. Isso é possível preenchendo a segunda janela, menu Apresentação, que compreende:

- Título e Subtítulo: nesses campos nomeia-se a consulta em construção, devendo optar por aquele que melhor retrate a informação trazida ou que seja mais apropriado ao entendimento do gestor. O próprio sistema transfere automaticamente da janela “Contexto” a definição do Grupo para o campo Título, como uma opção de identificação, neste caso, informar o subtítulo torna-se opcional.
- Moeda e Unidade Monetária: aqui se defini a moeda na qual virão os valores e sua forma de cotação, se unidade, mil, milhão ou bilhão.
- Nome do Parâmetro: este campo represente o cabeçalho da planilha. Neste momento dois parâmetros são de escolha obrigatória, o “tipo de valor” e o “mês de referência”, sendo que outros, até o número de 20, podem ser escolhidos.
- Linha e Coluna: o agrupamento desses dois campos compõe o “Detalhe”, mas não por isso são menos importantes. As linhas e colunas são escolhidas no número máximo de 2 e 1, respectivamente, visando a melhor forma de apresentação do relatório, contudo, dependem do campo de detalhamento disponibilizado pela consulta, ou seja, só é possível escolher dentre os itens listados pela consulta. Há também a obrigatoriedade de uma escolha, o “item de informação”; como anteriormente citado, é ele o responsável por agrupar as contas contábeis.
- Decodificação: esta opção aparece nos três últimos campos, sua função é traduzir a informação identificada por códigos. Por exemplo: os Grupos de Despesas são localizados do SIAFI Operacional por numerações, ao selecionar a opção “Decod” proporciona-se uma melhor identificação de cada um deles, pois os números virão seguidos dos respectivos nomes.

Com a conclusão do preenchimento dessa janela já é possível autorizar o sistema a exportar a consulta para o tipo de planilha selecionado, *Excel* ou *BrOffice*. O resultado desse comando é um arquivo composto por duas planilhas, no mínimo. A primeira, “Principal”, traz: nome do usuário, exercício, dia e mês da consulta, a Unidade Gestora, Critérios de Seleção, Taxas de Conversão e Regras de Cálculo. Este último demonstra tecnicamente as contas contábeis utilizadas na construção de cada item de informação; serve de consulta caso haja dúvida na montagem. A planilha seguinte, “Planilha 1”, apresentam os resultados requeridos na consulta, são eles os subsídios necessários ao gestor para a decisão.

A terceira janela, “Consulta”, não é necessária à construção da consulta. É utilizada apenas para salvar consultas construídas às quais o usuário necessite examinar posteriormente, trata-se de uma facilitadora à atividade de produzir relatórios.

4. METODOLOGIA

O presente estudo de caso realizou-se na Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), do Tribunal Regional Federal da 5ª região (TRF5), órgão do Poder Judiciário Federal Brasileiro, no qual foram entrevistados usuários da sede, localizada em Recife/PE. Diante do reduzido número de usuários que trabalham diretamente com o sistema de informação analisado, a entrevista restringiu-se a quatro usuários, a saber: o diretor da subsecretaria de orçamento e finanças, o contador e dois técnicos administrativos lotados na respectiva diretoria.

A coleta dos dados levou em consideração a necessidade de apresentar o modo como a informação é construída pelos usuários e a opinião do principal interessado na informação, o gestor. Adotou-se a análise de documentação direta como instrumento principal, materializada em entrevistas. Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas individuais não estruturadas e contou também com a observação direta como fontes de evidência.

O período de entrevistas foi de fevereiro a dezembro de 2013, pois, o intuito foi identificar a perspectiva do usuário do programa. As questões perguntadas foram do tipo abertas, isto é, não sugeriam nenhum tipo de resposta, essas foram espontâneas; os entrevistados responderam de maneira informal, usando suas próprias palavras. Basicamente as informações solicitadas investigaram a opinião dos usuários e fatos, referente a características do sistema.

A análise dos dados coletados permitiu identificar a forma de obtenção dos relatórios gerenciais, suas características explicativas e informativas e também a contribuição dos mesmos para a decisão do gestor. E de maneira secundária, os entraves ao fornecimento dessas informações.

5. ESTUDO DE CASO NO TRF 5ª REGIÃO

O SIAFI Gerencial é o sistema encarregado de fornecer informações gerenciais essenciais às decisões dos entes e órgãos que o adotam. Dentre eles escolhemos um, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), para evidenciar como acontece a tomada de decisão embasada nas informações extraídas do sistema. O TRF5 é órgão do Poder Judiciário Federal com sede localizada na capital pernambucana. É centralizador, desde as questões jurídicas até a orçamentária, de seis estados nordestinos, identificados como Unidades Gestoras (UG): Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Por ser a sede orçamentária – na pessoa da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade –, é a unidade que gerencia o orçamento da quinta região. Competente no repasse de recursos federais para os estados componentes, bem como no controle dos gastos efetuados com tais recursos. O SIAFI Gerencial, em conjunto com o Operacional, é o viabilizador do controle. Enquanto o Operacional registra a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos transferidos, como explicado em capítulos anteriores, o Gerencial condensa e transforma em relatório todos os lançamentos registrados pelas unidades de cada estado. Em virtude do exposto, escolhemos, pois, a sede do TRF5 para demonstrar como ocorre construção dos relatórios, para em seguida evidenciar como estes contribuem à análise, ao controle e à decisão dos gestores públicos.

O universo das consultas a serem construídas é bastante abrangente, compõe-se genericamente de dotação, receita, cota recebida, cota de restos a pagar recebida, execução do exercício, restos a pagar e execução de restos a pagar de exercícios anteriores; de maneira específica são compostas por uma dezena de formas para cada gênero. Por essa razão,

selecionaram-se as consultas mais utilizadas na subsecretaria pesquisada, durante o período de janeiro de 2013, por isso, as consultas referem-se ao final do exercício de 2012.

Este tópico será dividido em dois momentos: no primeiro explicar-se-á todas as consultas realizadas, o teor de cada uma, como foram construídas e o relatório resultante. No segundo momento será apresentado o resultado da pesquisa com os usuários do sistema que utilizam as informações para tomar decisões.

5.1 ELABORAÇÕES DE CONSULTAS NO SIAFI GERENCIAL

Em entrevista realizada com os servidores que trabalham com o sistema identificou-se informações corriqueiramente solicitadas de acordo com a necessidade de controlar os valores empregados em programas e atividades diariamente executados no órgão. As entrevistas vieram acompanhadas da explicação de como se constrói as consultas no SIAFI Gerencial e a demonstração dos relatórios resultantes. Frisa-se que, a pedido dos entrevistados, alguns dados foram suprimidos com a finalidade de resguardar o sigilo do órgão e dos próprios usuários.

A primeira consulta feita refere-se a uma pesquisa detalhada por execução orçamentária e financeira da ação. Para tanto, delimitou-se a consulta em Dotação Orçamentária e Execução da Despesa, ou seja, os itens de informação trazidos referem-se somente a estes grupos, e em relação a Programas e Projetos/Atividades. Nos parâmetros selecionou-se o saldo atual do mês de dezembro e a unidade orçamentária (UO) TRF5.

Por se tratar de uma pesquisa detalhada, os itens de informação abrangeram: despesas empenhadas e liquidadas e valores pagos (estágios de execução da despesa), dotações inicial, suplementar e atualizada, créditos disponível e extraordinário, totais cancelados ou remanejados e valores inscritos em restos a pagar (RP) não processados.

Nesta pesquisa foram selecionados os valores atuais detalhados dos pagamentos feitos pela sede durante o ano de 2012 até o mês de dezembro, em relação aos projetos e atividades designados ao órgão. Dessa forma pode-se identificar o quanto foi gasto com pessoal, investimentos, capacitação, assistências sociais e julgamento de causas, por exemplo. Na despesa com pessoal é possível visualizar a existência de dotação suplementar, isso significa que o total estimado inicialmente foi insuficiente para custear essa despesa e houve a necessidade de solicitar suplementação, esta pode ter advindo do remanejamento de outras contas às quais a quantidade de recursos superava a necessidade da despesa. Especifica também informações referentes aos totais cancelados e bloqueados. Através desse relatório gerado pelo SIAFI Gerencial observou-se que o investimento na reforma do edifício-anexo apresentou acréscimo através crédito extraordinário e teve valores cancelados e bloqueados.

A segunda consulta realizada consistiu em uma pesquisa detalhada por modalidade de licitação, conforme segue explicado:

- Grupo: Execução Orçamentária por Nota de Empenho e Subitem, correspondente às modalidades de licitação;
- Tipo de Valor: saldo atual;
- Parâmetros: unidade orçamentária TRF5 e mês de referência dezembro;
- Itens de informação decorrentes da limitação do grupo selecionado: empenhos emitidos e liquidados, valores pagos e valores do exercício inscrito em RP não processados.

O relatório gerado apresenta os montantes empregados na consecução de licitações, especificando os valores detalhados por modalidade de licitação. Além das modalidades aparecem também os casos onde a licitação não se aplica e os suprimentos de fundos que

correspondem a adiantamentos feitos para serem utilizados em despesas eventuais e de pequeno vulto.

Esses relatórios são acompanhados de uma planilha principal a qual explica as regras de cálculo utilizadas pelo SIAFI Operacional. Mostra quais grupos de itens foram selecionados para identificar os valores dos subitens requeridos pela delimitação dos itens de informação.

A última consulta efetuada foi uma pesquisa detalhada por projeto/atividade e natureza da despesa. Abrangeu o grupo de Execução Orçamentária por Nota de Empenho e Subitem dos Projetos/Atividades e Natureza da Despesa; trouxe o saldo atual de dezembro de 2012.

Trata-se de uma pesquisa detalhada em sentido amplo, pois além de trazer os totais da execução da despesa, demonstra a despesa pormenorizada. Por exemplo, o projeto de modernização das instalações, subdivide-se em instalações e peças não incorporáveis a móveis. Ela proporciona análises amplas com relação às subdespesas de cada projeto. Assim, permite verificar que a despesa com instalações foi executada em partes, já a de peças não incorporáveis, todo o valor empenhado foi inscrito em RP.

5.2. ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS

Ao serem apresentadas as planilhas ao gestor da subsecretaria foi possível colher detalhes referentes à interpretação e utilização das informações. Não obstante, todas as colocações dos entrevistados contribuíram com a investigação acerca do sistema e dos relatórios, haja vista a competência designada aos usuários em relação a análise dos dados extraídos.

A priori o gestor ressaltou que embora a versão Operacional do SIAFI se restrinja a executar as atividades, a operacionalização, como o próprio nome infere, ele não impede a consulta às mesmas contas utilizadas pelo Gerencial. No entanto, realizá-las naquele traduz-se em um trabalho árduo, pois as informações não estão consolidadas. É necessário verificar mês a mês cada conta individualmente – tendo em vista que o pagamento de um fornecedor, por exemplo, exige somas e subtrações de quatro ou cinco contas do Operacional, vistos todos os meses em que houve pagamento – para concluir a consulta e ainda requer do profissional conhecimento detalhado do sistema, afinal, é preciso saber quais contas estão envolvidas em uma dada informação. A versão Gerencial traz o diferencial de permitir a consolidação das contas, e, portanto, das informações. Entre as principais mudanças observadas a partir da implantação do SIAFI gerencial em relação ao SIAFI Operacional o Contador informou que foram acrescentados mais campos uma vez que não havia inciso como parâmetro, além de trazer informações que permitem comparações dentro do Excel e de permitir a montagem de um grupo em conjunto.

Na pesquisa detalhada por modalidade de licitação apresenta a aba principal da planilha, onde é possível observar as regras de cálculo utilizadas na consulta construída. Essa informação mostra ao gestor quais subitens (contas) foram agregados para gerar a informação do grupo de itens utilizado.

Durante o ano a SOF acompanha a execução do orçamento em todos os estados da quinta região através do SIAFI Gerencial e realiza alterações, suplementares ou especiais, no orçamento, ou seja, há a movimentação dos créditos entre as ações orçamentárias; ações aqui significam as despesas do órgão que possuem saldos vinculados. Tudo isso para garantir que nenhuma ação deixe de ser executada havendo saldo em outras ações passível de ser realocado. Outra forma de aplicar essa informação é na autorização de projetos; antes de conceder disponibilidade orçamentária para projetos do Tribunal efetua-se uma consulta dessa natureza, de maneira a identificar se os recursos disponíveis permitem a realização.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Desse modo tem-se os projetos/atividades (ações) discriminados, juntamente com o grupo de despesa ao qual pertencem. O detalhamento da execução da despesa traz desde a dotação inicial – valor vinculado a aquela ação – até os valores efetivamente pagos bem como os que por algum motivo aguardarão liquidação no ano seguinte, são os inscritos em RP. Observando esses saldos no decorrer do ano detectamos de onde e para onde os recursos podem ser movimentados. Ressalta-se que a consulta poderia ter solicitado o valor acumulado do ano, acumulado de toda a região, de estado específico e trazer informações relevantes a determinadas situações.

Outro ponto destacado foi à facilidade em detectar erros de lançamento nas contas. Embora a sede concentre a gestão orçamentária, cada estado é responsável por realizar pagamentos referentes às suas próprias despesas. Sendo assim, é possível que em certos casos o lançamento da despesa aconteça em contas trocadas por serem similares. Por exemplo: o pagamento de auxílio transporte aos servidores e empregados tem duas naturezas de despesa, a 33904901 e a 33909249, e embora tenham a mesma nomenclatura – auxílio-transporte – são destinadas a grupos de servidores diferentes. Esse tipo de equívoco pode comprometer o saldo da conta que possua dotação inferior, além de ser detectada de maneira negativa numa auditoria do Tribunal de Contas, pois não corresponderá a realidade dos pagamentos.

Nesse contexto é possível concluir que as informações extraídas do sistema são utilizadas pelo gestor e pelos servidores basicamente no controle da execução orçamentária, possibilitando conseqüentemente a movimentação/relocação do crédito.

A linguagem do sistema dificulta o entendimento de qualquer outro gestor, ou mesmo o diretor geral. Os códigos, titulações, fontes, elementos de despesa, créditos empenhados, liquidados a pagar, entre outros, tornam a linguagem demasiadamente técnica. Por isso os usuários do sistema tornam-se figuras imprescindíveis à interpretação das planilhas. Quando necessária à cessão dos relatórios a leigos, após o processo de captura da informação é produzido um relatório em linguagem acessível para viabilizar a tomada de decisões.

Quando questionados sobre as características qualitativas fundamentais da informação – relevância e representação fidedigna – todos concordaram que as informações extraídas contemplam tais qualidades. Considerando que as informações geradas representam a base de dados de todas as operações realizadas no SIAFI, a função de controle exercida garante à observância destas características, afinal, a fidedignidade depende dos lançamentos feitos corretamente no SIAFI Operacional.

Em relação às características de melhoria, a verificabilidade, por tratar-se, de certa forma, da confirmação da representação fidedigna, entende-se que ela também é atendida. A compreensibilidade é facilitada pela interpretação realizada pelos usuários do sistema; conforme Sá (1998) “de pouco vale a informação se não se sabe o que fazer com ela, se não se entende o que ela pode significar”. Por isso, antes de emitir relatórios aos diretores, tem-se a transformação da linguagem técnica em linguagem acessível.

Devido à característica do próprio sistema de consolidar as informações, há sempre a garantia da comparabilidade a ser observada. Já a tempestividade, dentre todas, é a mais comprometida, segundo os usuários em virtude da lentidão no processamento da informação, por exemplo, se a solicitação por itens incluir grande quantidade de contas é possível que a espera por resposta leve horas, impossibilitando consultas imediatas. Contudo, em decorrência do sistema utilizar, ainda, uma tecnologia antiga, em que usuário precisa conhecer profundamente as contas do sistema para conseguir extrair dados e por nem todas as informações estarem disponíveis no SIAFI Operacional e Gerencial, na maior parte dos casos os usuários não estão plenamente satisfeitos, pois as vezes é preciso inclusive mesclar as informações do SIAFI Gerencial com outras fontes de informação, como SIGA BRASIL.

Entretanto, para quem utiliza apenas no aspecto orçamentário o sistema satisfaz.

No tocante as falhas do SIAFI Gerencial os entrevistados apontaram que a tecnologia é ultrapassada e possui limitações de acessos simultâneos, dessa forma quando o número máximo de usuários é atingido torna-se impossível a sua utilização.

Quanto a facilidade de uso do SIAFI Gerencial, os entrevistados afirmaram que o mesmo não é de fácil entendimento, nem intuitivo. Geralmente um usuário mesmo com anos de experiência no SIAFI Operacional, não consegue utilizar o Gerencial sem treinamento. Conforme afirma um dos usuários: “Só comecei a achar mais fácil quando fiz um minicurso para entender a concepção do sistema. Você tem que ter um conhecimento. Não tem um manual fácil que traga tudo isso lógico. É necessário treinamento”

Corroborando com os resultados desta pesquisa, Suzart (2013) ao pesquisar o nível de satisfação dos usuários do SIAFI descobriu que o grau de satisfação com esta tecnologia é pequena e restrita ao fator formato. Enquanto que a insatisfação foi percebida nos fatores precisão e facilidade de uso.

Os respondentes afirmaram que a velocidade do sistema na emissão dos relatórios e na geração de arquivos é lenta de modo que alguns relatórios as vezes demoram mais de 30 minutos para serem gerados.

Quando questionados sobre em que tipos de decisões as informações extraídas do SIAFI Gerencial são utilizadas no TRF, as respostas dos usuários foram: acompanhamento dos contratos, controle de execução da despesa, previsão de impacto orçamentário, distribuição dos recursos orçamentários, controle da execução orçamentária e financeira, contingenciamentos, para fins de aprovação e execução orçamentária e prestação de contas, programação orçamentária e financeira.

Quando questionados acerca de possíveis limitações apresentadas pelo SIAFI Gerencial, os entrevistados apontaram: Limitação de usuários simultâneos; baixa usabilidade; terminologia própria, que dificulta utilização, não permite, em um relatório, informações de exercícios diferentes, exceto restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, atualização off-line ocorre apenas no dia seguinte; a pesquisa é possível por ano, não é possível puxar mais de um ano ao mesmo tempo para fazer um comparativo é necessário exportar para Excel; a pesquisa de nomenclatura deveria ser mais clara, por exemplo, tem campo com o nome de entidade que na verdade é fornecedor; as consultas são por ano, não existe operador por exercito.

Quanto aos relatórios adicionais gerados a partir do SIAFI Gerencial, os usuários afirmaram que o SIAFI Gerencial dispõe de alguns relatórios formatados. Estes podem ser salvos e modificados de acordo com a necessidade de informação. Relatórios montados baseados na minha necessidade, superadas as limitações. Relatórios que contemplam informações de forma global. Por exemplo: no SIAFI Gerencial é possível obter relatórios que contemplam toda execução das UG'S da 5ª região; relatórios que contemplam mais de um mês, mais de uma conta contábil.

Quanto a simplificação das tarefas desempenhadas pelos gestores a partir da utilização do SIAFI Gerencial o Diretor nos informou que o SIAFI Gerencial é utilizado no TRF desde 1997, houve uma simplificação após a sua migração para Plataforma WEB, como a elaboração de relatórios e execução orçamentária que passou a desprender menos tempo.

6. CONCLUSÃO

O estudo de caso possibilitou à compreensão do funcionamento do SIAFI Gerencial e sua função de apoio à decisão. A obtenção dos relatórios acontece através da construção de

consultas feitas pelos usuários; isso requer que eles tenham vasto conhecimento sobre o sistema, pois os dados inseridos nesse processo utilizam códigos e nomenclaturas específicas das contas registradas na versão Operacional. As consultas resultam em relatórios técnicos numéricos, os quais dependem necessariamente do usuário que manipula o sistema para serem entendidos. Todavia, em virtude do sistema ser utilizado por um número restrito de operadores e esses serem os tomadores de decisão baseado nos relatórios fornecidos pelo sistema, não há que se pensar em decisão prejudicada por não entendimento das informações.

Constatou-se nesse estudo que nas informações auferidas no sistema é possível identificar as características qualitativas fundamentais e de melhoria da informação. Tais características são indispensáveis aos usuários internos e externos, visto que garantem a confiabilidade e a relevância imprescindíveis à decisão.

Quanto às análises permitidas ao gestor, configuram-se essencialmente como de acompanhamento e controle. As decisões mais comuns são: movimentação de créditos entre ações orçamentárias, correção de erros decorrentes de lançamentos em contas trocadas e acompanhamento da execução do orçamento. Deduz-se, portanto, que são direcionadas a garantir a utilização dos recursos segundo a previsão orçamentária, e dessa forma prezam pela economicidade na utilização dos recursos públicos. Neste íterim, conclui-se que a utilidade das informações decorrentes do SIAFI Gerencial lastreiam somente decisões relativas ao controle do orçamento.

A informação gerencial é, sobretudo, um suporte à gestão, seja esta administrativa, financeira, orçamentária ou contábil. Por se tratar de um sistema de informação gerencial, esperava-se do SIAFI mais que subsídios a decisões orçamentárias. Porém, há que se destacar a contribuição substancial trazida pela versão Gerencial, que permitiu a consolidação das infinitas informações depositadas no SIAFI Operacional. Além disso, o principal objetivo de atender as demandas gerenciais a fim de promover o aperfeiçoamento do processo decisório foi plenamente alcançado. Portanto, de maneira geral os usuários entendem que o SIAFI Gerencial supre a necessidade informacional do órgão.

O estudo mostrou não haver dúvidas de que o posicionamento da Contabilidade aplicada ao setor público influencia o modo como a administração pública utiliza a informação contábil nas suas decisões. O foco orçamentário exclui a informação patrimonial. Baseados nisso, os sistemas de informação tendem a se restringir à produção de relatórios voltados à execução orçamentária.

Reconhece-se a limitação do trabalho ao analisar-se o SIAFI Gerencial em apenas uma entidade pública. Como sugestão de pesquisas futuras, pode-se aplicar o mesmo objetivo deste estudo numa investigação entorno do sistema SIGA BRASIL ou realizar esta pesquisa em outras instituições visando ampliar as discussões sobre a temática abordada.

7. REFERÊNCIAS

Brasil, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Recuperado em 16 de fevereiro de 2013, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil, Decreto nº 347 (1991). Determina a utilização dos sistemas SIAFI e SIAPE no âmbito do Poder Executivo Federal. Recuperado em 16 de fevereiro de 2013, de www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/siafi/decreto347_91.pdf.

Brasil, Lei Complementar Nº 101 (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado em 20 de

fevereiro de 2013, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

Brasil, Lei Nº 4.320 (1964). Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado em 16 de abril de 2013, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Brasil, Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios (2012) 5. ed. – Brasília. Recuperado em 18 de fevereiro de 2013, de www3.tesouro.fazenda.gov.br.

Brasil, Manual para Elaboração de Consultas SIAFI Gerencial (2011-2). Recuperado em 19 de fevereiro de 2013, de www.info.ufrn.br.

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional (2011a). Conheça o SIAFI – A História do SIAFI. Recuperado em 28 de outubro de 2011, de www.tesouro.fazenda.gov.br.

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional (2011b). Conheça o SIAFI – Vantagens. Recuperado em 28 de outubro de 2011, de www.tesouro.fazenda.gov.br.

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional (2011c). Contabilidade Governamental. Recuperado em 26 de outubro de 2011, de www.tesouro.fazenda.gov.br.

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional (2011d). Guia Básico do SIAFI Gerencial. Recuperado em 30 de outubro de 2011, de www.tesouro.fazenda.gov.br.

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional (2011e). SIAFI Gerencial: Itens e Grupos de Informação Recomendados. Versão 2010-1. Recuperado em 30 de outubro de 2011, de www.tesouro.fazenda.gov.br.

Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional (2011f). SIAFI – Manual Web. Recuperado em 26 de outubro de 2011, de <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/>.

Bug (2000). A Hora é Agora. Revista Tema: A revista do Serpro. Brasília, set./out. p. 40-44.

Cautela, A. L. & Polloni, E.G. F. (1982). Sistemas de informação: técnicas avançadas de computação. Rio de Janeiro: McGraw-Hill.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade (2011). Resolução nº 1374/11. NBC TG – Estrutura Conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis. Recuperado em 15 de novembro de 2013, de www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1374.doc.

FASB - Financial Accounting Standards Board (1980). Statement of Financial Accounting Concepts nº 2. Qualitative characteristics of accounting information. Recuperado em 15 de novembro de 2011, de www.fasb.org.

Guimarães, K. M. S. (2003). Uma proposta de modelo gerencial para administração pública: caso Brasil. 2003, 308f. Tese (Doutorado em Economia y Empresa) - Curso de Economia y Empresa, Universitat de les Illes Balears, Palma, Illes Balears.

- Hendriksen, S.E. & BREDA F. M. (1999). Teoria da contabilidade. 5ª ed. Ed.atlas, São Paulo.
- Laudon, K. C & Laudon, J. P. (1999). Sistemas de informação: com Internet. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Melo, I.S. (2002). Administração de sistemas de informação. 3.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- O'brien, J. A. (2006). Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva.
- O'donnell, E. & David, J. S.(2000). How information systems influence user decisions: a research framework and literature review. International Journal of Accounting Information Systems. Recuperado em 15 de dezembro de 2013, de www.sciencedirect.com.
- Oliveira, D. P. R. (2009). Sistemas, Organizações & Métodos: Uma abordagem Gerencial. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Rezende, D. A. & Abreu, A. F. (2000). Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 1. ed. São Paulo: Atlas.
- Ribeiro F. J. F., Lopes, J. & Pederneiras, M. (2009). Estudando Teoria da Contabilidade. São Paulo. Atlas.
- Santos, E.S. (1998). Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar. Caderno de Estudos Fipecafi, São Paulo, Fipecafi, v.10, n.18, p.1-16, maio/ jun./jul./ago.
- Santos, A. A. (2009). Informatica na empresa. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Silva, J. A. F. (2007). A transparência das demonstrações financeiras em organizações desportivas: um estudo da evidenciação contábil em clubes de futebol. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Anais... São Paulo: USP.
- Stair, R. M. & Reynolds G. W. (2002). Princípios de Sistemas de Informações: Uma abordagem Gerencial. 4º ed. São Paulo: LTC.
- Stroeher, A. M. (2005). Identificação das características das informações contábeis e a sua utilização para tomada de decisão organizacional de pequenas empresas. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. Recuperado em 15 de janeiro de 2014 de <<http://hdl.handle.net/10183/4556>>
- Suzart, J. A. S. (2013). End-user satisfaction with the Integrated System of the Federal Government Financial Administration (SIAFI): a case study. JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag., São Paulo , v. 10, n. 1. Recuperado em 28 de outubro de 2011, de www.scielo.br.